

**Unimed de Bauru Cooperativa de Trabalho Médico**

**CNPJ 44.456.036/0001-50**

**ANS 36965-9**

*Demonstrações  
Financeiras dos  
exercícios findos em 31  
de dezembro*

**2020 e 2019**

**CONTEÚDO**

	Página
Relatório da Administração.....	2
<b>Demonstrações financeiras</b>	
Balanços Patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	
<b>Parecer dos conselheiros fiscais</b>	

## Relatório da Administração – 2020

Atendendo às disposições legais, Regulatórias e Estatutárias, a Unimed de Bauru - Cooperativa de Trabalho Médico, localizada na Rua Gustavo Maciel, nº 11-30, CEP 17015-320, no município de Bauru, inscrita no CNPJ sob nº 44.456.036/0001-50, com registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob nº 36965-9, vem, através do seu Diretor Presidente, apresentar aos Senhores Cooperados, Clientes (beneficiários), Parceiros e Colaboradores, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Cooperativa, com os pareceres dos Auditores Independentes, Atuários e Conselheiros Fiscais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A Unimed de Bauru atua no mercado de saúde há 50 anos, com a finalidade de congregar os integrantes da profissão médica, para sua defesa econômica-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência Médico Hospitalar, Centros Diagnósticos próprios e redes credenciadas. Em 2020 a cooperativa contava com 874 médicos cooperados, ante 850 em 2019.

### Política de Destinação de Resultados

A Unimed de Bauru apura seus resultados levando em conta a segregação dos valores em Atos Cooperativos Principais, Cooperativos Auxiliares e Não Cooperativos, conforme artigos definidos na Lei nº 5.764/71. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde, reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, foram apresentadas aos Cooperados em Assembleia Geral Ordinária, no dia 09/03/2021, para apreciação, deliberação e destinação dos resultados. Os Cooperados presentes aprovaram o Balanço, deliberando pela distribuição das sobras líquidas, na proporção da produção de cada cooperado e a capitalização dos juros ao capital social de cada cooperado.

### Gestão da Carteira

Com o impacto da pandemia a Gestão de Carteira segregou as empresas por modalidade contratual e ramo de atividade, classificando por grupo as empresas que foram mais impactadas pela pandemia, analisando inadimplência, tempo de contrato, número de vidas e sinistralidade, propondo negociações e em algumas situações, ajustes de valores, prorrogando prazos e postergações, de acordo com a real necessidade, evitando perda de beneficiários em contratos de boa performance.

### Relacionamento com os clientes e vendas

No centro da estratégia da Unimed de Bauru conta com mais de 160 mil clientes, considerando os beneficiários de intercâmbio e cessão de redes, reforçando o nosso compromisso com a satisfação e a melhor experiência assistencial. Em 2020, nosso investimento em relacionamento foi ainda maior, em virtude da pandemia. Em um ano muito difícil, com muitas empresas fechadas em lockdown e outras fechadas definitivamente, devido a dificuldades econômicas, mantivemos a equipe na rua, visitando e agindo nos leads (Prospecs) recebidos para ação de vendas. Fomos umas das operadoras que mais conseguiu converter as indicações (Leads) em negócios. Mantivemos, nos momentos de isolamento completo, as ações de vendas, por sistema híbrido – On line e, minimamente presencial, mas passando todos por entrevista qualificada com o médico auditor. Mantivemos nosso relacionamento com as entidades comerciais, industriais e que representam as classes laborais de nossa cidade.

### Atenção à saúde: foco do cliente

Diante da pandemia do coronavírus e com o objetivo de atender da melhor maneira possível seus clientes, a Unimed Bauru lançou o programa de Teleconsulta, permitindo contato direto com o cooperado por meio de chamada de vídeo. Também disponibilizou serviços gratuitos de informações via telefone 0800, para tirar dúvidas sobre o coronavírus. A Medicina Preventiva precisou suspender o Curso para Gestantes devido à pandemia, e está organizando novo modelo para 2021. Foi possível dar continuidade a outros projetos, como o Viva Bem (programa de encaminhamento de pacientes com indicação de cirurgia bariátrica) e o Viva Melhor (destinado a pacientes portadores de DCNT - Doenças Crônicas não Transmissíveis, como a Hipertensão Arterial e Diabetes).

### Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos

**Investimentos em rede assistencial** - A Unimed de Bauru possui em sua rede de atendimento assistencial um hospital próprio e um centro de diagnóstico, com mais de 20 mil metros quadrados, que em 2020 iniciou à ampliação da sua área, com a construção do anexo III, que terá mais 20 salas para consultórios. No Hospital Unimed houve os seguintes investimentos: ampliação do Centro Cirúrgico para instalação da cirurgia robótica; investimentos em equipamentos de imagem, radioterapia e ampliação da estrutura física do pronto atendimento adulto; adaptação da estrutura física e específica para atendimento internação (enfermagem e UTI), dos beneficiários com sintomas do COVID-19; investimentos na compra de mais respiradores e também investimentos no aumento do nível de estoque por conta da demanda instalada. O Hospital Unimed Bauru manteve seu Certificado da Organização Nacional de Acreditação (ONA) nível III acreditado com Excelência; conquistou a Certificação Healthcare Information and Management Systems Society (HIMSS) estágio 6, metodologia considerada uma das mais importantes para auxiliar a transformação digital de unidades de saúde, investindo no aprimoramento de atendimento. As certificações de gestão da qualidade ISO 9001 da Farmácia e da sede administrativa da operadora foram mantidas. Outros investimentos foram feitos para adequações prediais e de conservação de equipamentos, com o foco de oferecer uma medicina de excelência aos beneficiários.

**Responsabilidade social** - A Unimed Bauru sempre privilegiou o envolvimento com a comunidade. Durante o ano de 2020, os eventos tiveram que ser cancelados, como, por exemplo, o Curso para Gestantes e a festa de final de ano dos colaboradores. Estes eventos arrecadavam doações para serem repassadas à comunidade. Em contrapartida, a cooperativa organizou campanhas para arrecadar cestas básicas e agasalhos para repassar à comunidade carente de Bauru. Entidades como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-Bauru), Associação dos Familiares e Amigos de Portadores de Autismo de Bauru (Afapab), Centro Espírita Amor e Caridade (Ceac), Associação de Proteção à Maternidade e à Criança (Paiva) e Esquadrão da Vida, também recebem ajuda da Unimed para manutenção. A Unimed Bauru contribui mensalmente para a manutenção da Creche Maria Ribeiro, na Vila Falcão, Centro de Convivência Infantil João Paulo II. O Projeto Félix, que foca a inclusão digital para crianças e adolescentes carentes, é realizado em parceria com o Centro Espírita Amor e Caridade (Ceac) e a Missão Marianista no bairro Ferradura Mirim, em Bauru. Em 2020, as aulas precisaram ser suspensas devido à pandemia de coronavírus, mas a cooperativa estuda maneiras de retomar a parceria em 2021. Eventos públicos, embora em menor número no ano de 2020, também costumam contar com a participação do serviço de ambulância da Unimed, o SOS Unimed, que além de remoções faz o atendimento de emergência. A cooperativa também investe em Responsabilidade Socioambiental, como a Campanha de Agasalho para Pessoas e Pets, Caminhada De Bem com a Vida. Realiza anualmente contribuição para a Associação dos Amigos da Natureza do Jardim Botânico de Bauru no projeto "Amigos da Natureza".

**Recursos Humanos**

No final de 2020, a cooperativa contava com mais de 2330 colaboradores, sendo 368 terceirizados, atendendo a obrigatoriedade do Ministério do Trabalho na contratação de pessoas portadoras de deficiências. A manutenção de treinamentos, educação e integração continuada para colaboradores e gestores da cooperativa, reembolso de cursos e expansão dos programas de atenção e promoção da saúde dos colaboradores. Nos recursos assistenciais foram feitos treinamentos específicos aos colaboradores da área assistencial. Por seu caráter extremamente legalista, a Unimed Bauru cumpre com todas as suas obrigações trabalhistas.

**Investimentos em Outras Sociedades**

A Cooperativa mantém investimentos em cotas de participações societárias da Federação das Unimed's do Estado de São Paulo, Unimed Intrafederativa Centro Oeste Paulista, Sicredi, Central Nacional Unimed e Unimed Seguradora e Compliance Gestão Hospitalar e Ambulatorial Ltda.

**Aplicações Financeiras**

A Unimed de Bauru participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, classificadas em Aplicações Livres (não vinculadas) e Garantidoras (vinculadas às provisões técnicas – ANS), essas, possuindo restrições de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

**Perspectivas e Estratégias para 2021**

A Unimed de Bauru em seu Planejamento Estratégico 2021 viabilizou investimentos visando a melhorias na qualidade de atendimento a seus beneficiários, sendo os principais: conclusão da unidade do Anexo III do Centro Diagnóstico; no hospital Unimed construção do prédio para instalação do Centro Oncológico para atendimento da quimioterapia pediátrica; adequações e melhorias da ETE – Estação de Tratamento de Efluentes; nova unidade de Farmácia comercial; construção do refeitório da sede administrativa; adequação de todas as empresas do grupo para atendimento a normatização da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados; Recertificação da Segurança Digital – HIMSS – nível 7; atualização do Data Center, para suportar a tecnologia da informação até 2027.

**Emerson Luiz Cardia de Campos**  
Presidente do Conselho de Administração.

**Balanços patrimoniais**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019  
 (valores em milhares de reais)

	Nota	2020	2019	
<b>Ativo</b>				
Circulante				
Disponível	192.554	225.196		<b>Passivo</b>
Realizável	4.188	17.901		
<b>Aplicações financeiras</b>				
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	188.366	207.295		
Aplicações Livres	5	107.454	136.908	
Creditos de operações com planos de assistência à saúde	33.894	33.222		<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>
Contraprestações pecuniárias a receber	73.560	103.686		Provisão de prêmio/ contraprestação não ganhas - PPCNG
Participação Benef. Eventos e Sinistros Indenizáveis	6	33.732	31.484	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS
Contraprestações de corresponsabilidade assumida	6.174	5.759		Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais
Creditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	21.357	19.684		Débitos de operações assist. à saúde
Creditos tributários e previdenciários	4.524	7.094		Débitos de oper. assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora
Bens e títulos a receber	7	5.398	5.106	Tributos e encargos sociais a recolher
Despesas antecipadas	8	35.449	25.231	Empêstimos e financiamentos a pagar
Conta corrente com cooperados	1.445	1.455		Débitos diversos
Não circulante				Conta corrente com cooperados
Realizável a longo prazo				364 17
Aplicações Livres	79.455	268.824		<b>Não circulante</b>
Depósitos judiciais e fiscais	5	30.522	32.632	<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>
Bens e títulos a receber	9	8.935	21.572	Provisão para remissão
Investimentos	8	39.998	4.447	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	10	57.647	6.613	Provisões judiciais
Participações em Outras Sociedades				Tributos e encargos sociais a recolher
Participações Societárias pelo Método de Custo				Empêstimos e financiamentos a pagar
Outros Investimentos				Débitos diversos
Imobilizado	11	211.737	200.720	<b>Patrimônio líquido</b>
Imóveis de uso próprio				Capital social integralizado
Hospitalares	114.451	110.893		Reservas:
Bens moveis de uso próprio	108.464	104.780		Reserva legal
Hospitalares	5.987	6.113		Reserva de assistência técnica, educacional e social - RATES
Não hospitalares	88.327	60.602		Reserva técnica para riscos fiscais
Bens moveis de uso próprio	69.860	41.191		Reserva especial de sobras
Hospitalares	18.467	19.411		Sobras à disposição da AGO
Não hospitalares	3.014	24.420		
Imobilizações em curso	5.945	4.805		
Outras imobilizações: hospitalares	12	1.114	1.821	
Intangivel				Total do ativo
Total do ativo		542.507	494.020	Total do passivo e do patrimônio líquido
				<b>542.507 494.020</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019  
(valores em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
<b>Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde</b>		<b>557.893</b>	<b>529.752</b>
<b>Ingressos com operações de assistência à saúde</b>		<b>566.873</b>	<b>540.009</b>
Ingressos de contraprestações líquidas		566.935	539.929
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(62)	80
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(8.980)	(10.257)
<b>Eventos indenizáveis líquidos</b>	<b>20</b>	<b>(446.816)</b>	<b>(441.067)</b>
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		(447.915)	(440.068)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		1.099	(999)
<b>Sobra das operações com planos de assistência à saúde</b>		<b>111.077</b>	<b>88.685</b>
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		1.909	1.235
<b>Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora</b>	<b>22</b>	<b>82.723</b>	<b>140.095</b>
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		57.628	101.405
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		5.569	19.125
Outros ingressos/ receitas operacionais		19.526	19.565
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(1.345)	(1.332)
<b>Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde</b>		<b>(1.290)</b>	<b>(2.846)</b>
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde		(899)	(2.410)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(331)	-
Provisão para perdas sobre créditos		(60)	(436)
Outros dispêndios/ despesas oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	<b>23</b>	<b>(103.209)</b>	<b>(131.975)</b>
<b>Resultado bruto</b>		<b>89.865</b>	<b>93.862</b>
Dispêndios/ despesas com comercialização		(1.909)	(1.847)
Dispêndios/ despesas administrativas	<b>24</b>	<b>(36.931)</b>	<b>(38.524)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>25</b>	<b>1.898</b>	<b>18.107</b>
Ingressos/ receitas financeiras		8.683	23.761
Dispêndios/ despesas financeiras		(6.785)	(5.654)
<b>Resultado patrimonial</b>		<b>9.528</b>	<b>9.877</b>
Ingressos/ receitas patrimoniais		11.493	10.544
Dispêndios/ despesas patrimoniais		(1.965)	(667)
<b>Sobra antes dos tributos e participações</b>		<b>62.451</b>	<b>81.475</b>
IRPJ	<b>26</b>	<b>(600)</b>	<b>(1.732)</b>
CSLL	<b>26</b>	<b>(230)</b>	<b>(648)</b>
Participações sobre o lucro		(510)	(492)
<b>Sobra líquida do exercício</b>		<b>61.111</b>	<b>78.603</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do resultado abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019  
(valores em milhares de reais)

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b><u>61.111</u></b>	<b><u>78.603</u></b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>61.111</u></b>	<b><u>78.603</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019  
 (valores em milhares de reais)

	Capital social integralizado	Reserva legal	RATES	Reserva técnica para riscos	Reserva especial de sobras	Reservas à disposição da AGO	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>31.278</b>	<b>110.438</b>	<b>6.779</b>	<b>69.267</b>	<b>8.660</b>	<b>14.438</b>	<b>240.860</b>
Deliberação da AGO de 26/3/2019:							
Distribuição de sobras							
Capitalização com juros sobre o capital	1.047	-	-	-	-	(14.438) (14.438)	-
Baixa de capital	(425)	-	-	-	-	-	1.047
Integralização de capital	3.076	-	-	-	-	-	(425)
Anticipação de sobras	-	-	-	-	-	-	3.076
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	(6.333) (6.333)	-
Utilização da RATES	-	-	(1.784)	-	-	78.603	78.603
Constituição de reservas estatutárias:							
Reserva legal	-	7.860	-	-	-	(7.860)	-
RATES	-	-	47.954	-	-	(3.930)	-
Transferência para reserva "Ad-referendum" da AGO	<b>34.976</b>	<b>166.252</b>	<b>8.925</b>	<b>69.267</b>	<b>8.660</b>	<b>(47.954)</b>	<b>302.390</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>34.976</b>	<b>166.252</b>	<b>8.925</b>	<b>69.267</b>	<b>8.660</b>	<b>14.310</b>	<b>302.390</b>
Deliberação da AGO de 25/3/2020:							
Distribuição de sobras							
Capitalização com juros sobre o capital	1.455	-	-	-	-	(14.310) (14.310)	-
Baixa de capital	(661)	-	-	-	-	-	1.455
Integralização de capital	3.555	-	-	-	-	-	(661)
Anticipação de sobras	-	-	-	-	-	(6.183) (6.183)	3.555
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	61.111	61.111
Utilização da RATES	-	-	(1.393)	-	-	1.393	-
Constituição de reservas estatutárias:							
Reserva legal	-	6.111	-	-	-	(6.111)	-
RATES	-	-	3.055	-	-	(3.055)	-
Transferência para reserva "Ad-referendum" da AGO	<b>39.325</b>	<b>206.481</b>	<b>10.587</b>	<b>69.267</b>	<b>8.660</b>	<b>(34.118)</b>	<b>13.037</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>39.325</b>	<b>206.481</b>	<b>10.587</b>	<b>69.267</b>	<b>8.660</b>	<b>13.037</b>	<b>347.357</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019  
(valores em milhares de reais)

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
(+) Recebimento de planos de saúde	464.467	469.563
(+) Resgate de aplicações financeiras	56.327	19.217
(+) Recebimentos de juros de aplicações financeiras	14	194
(+) Outros recebimentos operacionais	408.475	439.359
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(378.097)	(391.741)
(-) Pagamento de comissões	(846)	(808)
(-) Pagamento de pessoal	(69.257)	(63.788)
(-) Pagamento de pró-labore	(1.371)	(1.468)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(28.386)	(23.103)
(-) Pagamento de tributos	(105.692)	(101.551)
(-) Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(9.739)	(4.500)
(-) Pagamento de aluguel	(2.837)	(2.691)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(2.645)	(2.580)
(-) Aplicações financeiras	(29.364)	(35.297)
(-) Outros pagamentos operacionais	(249.553)	(238.296)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>51.496</b>	<b>62.510</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(24.773)	(36.754)
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	(11.654)	(2.996)
(-) Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	(7.596)	(6.494)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(44.023)</b>	<b>(46.244)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
(+) Integralização capital em dinheiro	3.229	2.904
(+) Outros recebimentos das atividades de financiamento	5.718	5.665
(-) Pagamento de amortização - empréstimos/financiamentos/leasing	(866)	(1.285)
(-) Pagamentos de participação no resultado	-	-
(-) Distribuição de sobras	(20.493)	(20.771)
(-) Outros pagamentos da atividade de financiamento	(8.774)	(7.456)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>(21.186)</b>	<b>(20.943)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>(13.713)</b>	<b>(4.677)</b>
Saldo disponível final	4.188	17.901
Saldo disponível inicial	17.901	22.578
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>(13.713)</b>	<b>(4.677)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019  
(valores em milhares de reais)

### 1 Contexto operacional

A Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico, sediada em Bauru SP, que contava com 874 e 850 cooperados no final de 2020 e de 2019, respectivamente, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência médica.

Esses planos propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus usuários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços próprios cooperados e credenciados na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com uma unidade de farmácia localizada no município de Bauru, onde atende exclusivamente seus empregados, cooperados e usuários, possui também no município de Bauru, uma unidade denominada, Hospital Unimed e outra unidade denominada Centro de Diagnóstico Unimed, para atendimento aos conveniados, outros convênios e particulares.

#### 1.1 Impactos da pandemia covid-19 nas demonstrações financeiras

A Administração tem adotado diversas medidas de precaução em todas as suas áreas assistenciais e administrativas para reduzir a exposição de seus colaboradores, cooperados e beneficiários, bem como garantir a continuidade de seus negócios. Adicionalmente, tem fornecido máscaras para todos os colaboradores, disponibilizado álcool em gel em todas as dependências da empresa e, também, foram divulgados comunicados contendo medidas de prevenção. A Cooperativa segue cumprindo os protocolos de segurança e higienização determinadas pelas autoridades competentes, aderindo às medidas trabalhistas 927/2020 e 936/2020, para garantir o bem-estar e a segurança de todos.

Diante deste panorama de distanciamento social uma parcela considerável dos atendimentos eletivos (que não se enquadram como urgência ou emergência) foi suspensa, o que ocasionou uma queda significativa na demanda por serviços médicos no período, tendo a Cooperativa efetuado a antecipação de produção nos meses de junho, julho e agosto de 2020, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de 27/05/2020.

Para garantia e segurança de todos os beneficiários atendidos nos recursos próprios, Hospital e Centro Diagnóstico, houve adaptação da estrutura física para atendimento exclusivo a pacientes que apresentavam sintomas de Covid-19. Também foi necessário aumento de número de plantonistas; investimentos em compra de mais respiradores; monitores multiparamétricos e aumento na aquisição de insumos hospitalares para atender a demanda instalada; investimentos em treinamentos específicos para as equipes de enfermagem e administração; investimentos na aquisição de mais EPIs. Também para atender a demanda de pacientes com sintomas da doença, a cooperativa passou a investir na execução de exames como o RT-PCR. Com o aumento de investimentos necessários e a volta das cirurgias no segundo semestre, a sinistralidade aumentou quando comparado 2020 e 2019.

## 2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

## 3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

### a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 26 de fevereiro de 2021.

### b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

### c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa.

**d Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

**Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6 e 7** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 11** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 12** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;
- **Nota explicativa nº 13** – Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA e Ressarcimento ao SUS; e
- **Nota explicativa nº 17** – Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A Cooperativa possui investimentos nas seguintes controladas diretas:

**e Gemini Gestora Mat. Med. Impl. Nac. Imp. Ltda. – Controlada direta**

A investida Gemini Gestora de Equipamentos, Materiais, Medicamentos e Implantes Nacionais e Importados Ltda. (“Empresa”) tem por objetivo social o comércio atacadista, nacionais e importados, de medicamentos e drogaria de uso humano, implantes, materiais e instrumentos para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratórios, além do comércio atacadista de próteses, artigos de ortopedia e odontologia, produtos para saúde, cosméticos, perfumaria e artigos de toucador e produtos de higiene pessoal.

**f Compliance Gestão Hospitalar e Amb Ltda. – Controlada direta**

A investida Compliance Gestão Hospitalar e Amb. Ltda ("Empresa") tem por objetivo social a prestação de serviço de: (a) administração e gestão de serviços de saúde, próprios e de terceiros, notadamente a administração e assessoramento em gestão de hospitais, ambulatórios e clínicas de saúde e; (b) de reestruturação ("tumaround") para pessoas jurídicas na área da saúde, notadamente, hospitais, ambulatórios e clínicas de saúde.

**g Salutem Participações S/A – Controlada direta**

A investida Salutem Participações S/A ("Sociedade") tem por objetivo social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Os reflexos desses investimentos estão registrados na Cooperativa nas rubricas de investimento e resultado de equivalência patrimonial. Devido a imaterialidade dos saldos das investidas não ser relevante essas demonstrações financeiras não foram consolidadas.

## 4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

**a.1 Ativos financeiros**

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

**a.2 Passivos financeiros**

A Cooperativa reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

**b Caixa e equivalentes de caixa**

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado "Disponível".

**c Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão classificadas como:

**Livres:** são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

**Garantidoras de provisões técnicas:** visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

**d Créditos de operações com planos de assistência à saúde**

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

**e Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

**f Investimentos**

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

Os investimentos em controladas e coligadas não cooperativas são avaliados por equivalência patrimonial. Nesse método, a participação proporcional da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de sua investida é reconhecida no resultado não operacional.

**g Imobilizado****g.1 Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

**g.2 Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**g.3 Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**h Intangível**

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

**i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam

indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j **Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

j1 **Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG**

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim, o cálculo “pro rata temporis” dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

j2 **Provisão para remissão**

Decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela RN 104 da ANS. É calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. A provisão é segregada entre benefícios concedidos e benefícios a conceder, conforme segue: Benefícios concedidos: quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

j3 **Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS**

O resarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

j4 **Provisão de eventos/ sinistros a liquidar**

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

**j5 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA**

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009, a Cooperativa deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. Até 2013 ela foi constituída com base na RN 160 e posteriores alterações. A partir de setembro de 2014, a Cooperativa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A provisão teve seu início em janeiro de 2008.

**j6 Outras Provisões**

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (“DIOPE”), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

**k Empréstimos e financiamentos a pagar**

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

**l Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

**m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**n Imposto de renda e contribuição social**

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

**o Atos cooperativos e não cooperativos**

Os Atos Cooperativos Principais são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Cooperativos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são alocadas entre atos cooperativos e não cooperativos na proporção do faturamento desses atos, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

**p Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

**q Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a constitucionalidade de tributos.

**r Capital social**

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

**s Apuração das sobras ou perdas**

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Operadora.

## 5 Aplicações financeiras

Modalidade	2020			2019		
	Não Circulante	Circulante	Total	Circulante	Total	Não Circulante
<b>Aplicações garantidoras de provisões técnicas (I)</b>						
Fundo Sicredi – SOB7CTF000	26.583	-	26.583	26.078	-	26.078
Fundos de investimento ANS - Banco Santander	7.311	-	7.311	7.144	-	7.144
	<b>33.894</b>	<b>-</b>	<b>33.894</b>	<b>33.222</b>	<b>-</b>	<b>33.222</b>
<b>Aplicações livres</b>						
CDB-DI pós-fixado	20.487	6.004	26.491	23.363	6.022	29.385
Fundos de investimento	22.844	-	22.844	57.120	-	57.120
Títulos da dívida pública	30.229	-	30.229	23.203	-	23.203
Renda Fixa - DPGE	-	24.518	24.518	-	15.550	15.550
	<b>73.560</b>	<b>30.522</b>	<b>104.082</b>	<b>103.686</b>	<b>21.572</b>	<b>125.258</b>
	<b>107.454</b>	<b>30.522</b>	<b>137.976</b>	<b>136.908</b>	<b>21.572</b>	<b>158.480</b>

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

- (I) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

## 6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2020			2019		
	Pré Pagamento	Pós Pagamento	Total	Pré Pagamento	Pós Pagamento	Total
<b>Contraprestações pecuniárias a receber</b>						
Plano Individual	1.508	-	1.508	1.872	-	1.872
Plano empresarial/coletivo	2.206	2.645	4.851	2.476	1.440	3.916
Livre adesão	913	-	913	903	-	903
(-) PPSC (i)	(807)	(292)	(1.099)	(837)	(95)	(932)
	<b>3.820</b>	<b>2.353</b>	<b>6.173</b>	<b>4.414</b>	<b>1.345</b>	<b>5.759</b>
<b>Participação Benef. Eventos e Sinistros Indenizáveis</b>						
Plano Individual	1.555	-	1.555	1.410	-	1.410
Plano empresarial/coletivo	3.211	-	3.211	3.589	-	3.589
Livre adesão	1.463	-	1.463	1.042	-	1.042
(-) PPSC (i)	(28)	-	(28)	-	-	-
	<b>6.201</b>	<b>-</b>	<b>6.201</b>	<b>6.041</b>	<b>-</b>	<b>6.041</b>
<b>Contraprestações de corresponsabilidade assumida</b>						
Individual	52	-	52	31	-	31
Empresarial	-	32.707	32.707	-	32.736	32.736
(-) PPSC (i)	-	(11.401)	(11.401)	-	(13.083)	(13.083)
	<b>52</b>	<b>21.306</b>	<b>21.358</b>	<b>31</b>	<b>19.653</b>	<b>19.684</b>
	<b>10.073</b>	<b>23.659</b>	<b>33.732</b>	<b>10.486</b>	<b>20.998</b>	<b>31.484</b>

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

## 7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (i)	7.945	10.238
Contas a receber – hospital (ii)	3.132	2.289
Outras contas a receber	2.339	3.003
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iii)	(8.892)	(8.436)
	<b><u>4.524</u></b>	<b><u>7.094</u></b>

- (i) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.
- (ii) Contas a receber referentes aos serviços prestados pelo Hospital Unimed e pelo Centro de Diagnóstico da Unimed a clientes particulares e outros convênios.
- (iii) Substancialmente composto por valores a receber de convênios de auto-gestão. A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

## 8 Bens e títulos a receber

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>			<b>2019</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Estoque (i)</b>						
Estoque de materiais e medicamentos	16.878	-	16.878	13.641	-	13.641
	<b><u>16.878</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>16.878</u></b>	<b><u>13.641</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>13.641</u></b>
<b>Outros créditos a receber</b>						
Adiantamentos a fornecedores	651	-	651	968	-	968
Outras contas a receber (ii)	15.322	-	15.322	10.846	-	10.846
Mútuo financeiro parte relacionada (iv)	4.415	39.998	44.413	-	-	-
Adiantamento de produção (iii)	-	-	-	1.065	6.613	7.678
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(1.817)	-	(1.817)	(1.289)	-	(1.289)
	<b><u>18.571</u></b>	<b><u>39.998</u></b>	<b><u>58.569</u></b>	<b><u>11.590</u></b>	<b><u>6.613</u></b>	<b><u>18.203</u></b>
	<b><u>35.449</u></b>	<b><u>39.998</u></b>	<b><u>75.447</u></b>	<b><u>25.231</u></b>	<b><u>6.613</u></b>	<b><u>31.844</u></b>

- (i) Estoque de materiais e medicamentos disponível para comercialização na farmácia e para utilização no hospital compostos por:

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Medicamentos	7.712	6.113
Materiais médico-hospitalares	5.298	4.365
OPME (*)	1.863	1.442
Almoxarifado	573	477
Manutenção	663	653
Material de higiene e limpeza	439	415
Gêneros alimentícios, dietas e nutrição	79	104
Materiais de proteção e segurança	195	35
Rouparia	19	18
Descartáveis	37	19
	<b><u>16.878</u></b>	<b><u>13.641</u></b>

(\*) Órteses, próteses e materiais especiais, nacionais e importados.

- (ii) Substancialmente composto pelo faturamento antecipado dos contratos de intercâmbio de competência dezembro/2020, cuja emissão da fatura ocorrerá em período subsequente.
- (iii) Refere-se a adiantamento de produção feito para retaguarda de leitos à Associação Beneficente Portuguesa de Bauru que será amortizado em até 80 meses.
- (iv) Em 2020, a Administração efetuou a formalização da operação de empréstimo com a Associação Beneficente Portuguesa de Bauru, para pagamento parcelado, sendo a primeira parcela de R\$ 415, com vencimento em 28 de fevereiro de 2021 e as demais de R\$ 400, vencíveis no último dia útil de cada mês, corrigido anualmente pela taxa SELIC. O vencimento final da operação é abril de 2030.

## 9 Depósitos judiciais e fiscais

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Eventos e sinistros	1.749	1.749
Judiciais cíveis	516	602
Judiciais trabalhistas	50	29
Ressarcimento ao SUS	5.753	2.067
Taxa de saúde suplementar e multas ANS	867	-
	<b><u>8.935</u></b>	<b><u>4.447</u></b>

## 10 Investimentos

### a Composição do saldo

Descrição	2020	2019
<b>Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial</b>		
Unimed Seguradora	1.542	1.319
Gemmini Gestora Mat. Med. Impl. Nac. Imp. Ltda.	28.721	24.634
Adiantamento para futuro aumento de capital - Gemmini Gestora Mat. Med. Impl. Nac. Imp. Ltda.	7.300	-
(-) Capital a integralizar - Gemmini Gestora Mat. Med. Impl. Nac. Imp. Ltda.	-	(5.507)
Compliance Gestão Hospitalar e Amb Ltda. (i)	8.920	9.500
(-) Capital social a integralizar - Compliance Gestão Hospitalar e Amb Ltda. (i)	(8.600)	(9.500)
Salutem Participações S/A (ii)	2.950	-
(-) Capital social a integralizar - Salutem Participações S/A (ii)	(2.212)	-
	<u>38.621</u>	<u>20.446</u>
<b>Participações Societárias pelo Método de Custo</b>		
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	804	733
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	3.395	3.395
Unimed Centro Oeste Paulista	9.134	6.996
Central Nacional Unimed	2.293	2.081
	<u>15.626</u>	<u>13.205</u>
<b>Outros investimentos</b>		
Imóveis destinados à renda	3.400	-
	<u>3.400</u>	<u>-</u>
	<u>57.647</u>	<u>33.651</u>

- (i) Em 2020 a Cooperativa possui capital a integralizar na investida Compliance Gestão Hospitalar e Ambulatorial Ltda.("Empresa") no montante de R\$ 8.600 mil que representa 95% do capital social a integralizar da Empresa que tem por objeto social a prestação de serviço de: (a) administração e gestão de serviços de saúde, próprios e de terceiros, notadamente a administração e assessoramento em gestão de hospitais, ambulatórios e clínicas de saúde e; (b) de reestruturação ("turnaround") para pessoas jurídicas na área da saúde, notadamente, hospitais, ambulatórios e clínicas de saúde.
  
- (ii) Em 2020 a Cooperativa possui capital a integralizar na investida Salutem Participações S/A ("Sociedade") no montante de R\$ 2.212 que representa 98,334% das ações ordinárias a integralizar da Sociedade que tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

**b Movimentação dos investimentos**

	<b>1º/12/2019</b>	<b>Adição</b>	<b>Ajuste a Valor justo</b>	<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Adição</b>	<b>Ajuste a Valor justo</b>	<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial</b>									
Unimed Seguradora	1.145	-	174	-	1.319	-	223	-	1.542
Gemmini Gestora Mat. Med. Impl. Nac. Imp. Ltda. (i)	8.169	6.492	-	4.466	19.127	12.807	-	4.087	36.021
Compliance Gestão Hospitalar e Amb Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	900	(580)	-	320
Salutem Participações S/A	<b>9.314</b>	<b>6.492</b>	<b>174</b>	<b>4.466</b>	<b>20.446</b>	<b>14.445</b>	<b>223</b>	<b>3.507</b>	<b>38.621</b>
<b>Participações Societárias pelo Método de Custo</b>									
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	683	2	48	-	733	-	71	-	804
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	3.144	-	251	-	3.395	-	-	-	3.395
Unimed Centro Oeste Paulista	4.708	-	2.288	-	6.996	-	2.138	-	9.134
Central Nacional Unimed	1.168	-	913	-	2.081	-	212	-	2.293
<b>9.703</b>	<b>2</b>	<b>3.500</b>	<b>-</b>	<b>13.205</b>	<b>-</b>	<b>2.421</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.626</b>
<b>Outros investimentos</b>									
Imóveis destinados à renda	-	-	-	-	3.400	-	-	-	3.400
<b>19.017</b>	<b>6.494</b>	<b>3.674</b>	<b>4.466</b>	<b>33.651</b>	<b>17.845</b>	<b>2.644</b>	<b>3.507</b>	<b>57.647</b>	

- (i) A investida Gemmini Gestora de Equipamentos, Materiais, Medicamentos e Implantes Nacionais e Importados Ltda. ("Empresa") tem por objetivo social o comércio atacadista, nacionais e importados, de medicamentos e drogaria de uso humano, implantes, materiais e instrumentos para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratórios, além do comércio atacadista de próteses, artigos de ortopedia e odontologia, produtos para saúde, cosméticos, perfumaria e artigos de tocador e produtos de higiene pessoal. Em 2019 houve um aumento do capital integralizado no montante de R\$ 6.492. A alteração do contrato social da Sociedade ocorreu em 23 de setembro de 2019, mas foi reconhecida pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 22 de janeiro de 2020.

Os números básicos da Empresa em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão representados abaixo:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Percentual de participação	<u>99,9989%</u>	<u>99,9989%</u>
Ativo	45.519	24.639
Passivo	41.432	20.173
Capital social	13.500	7.993
Patrimônio líquido	36.022	19.129
Resultado do exercício	4.087	4.466
Resultado de equivalência patrimonial	4.087	4.466
<b>Valor atualizado do investimento</b>	<b><u>36.021</u></b>	<b><u>19.127</u></b>

A participação nessa controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está sendo calculada no término de cada exercício.

As demonstrações financeiras da controlada foram examinadas por outros auditores que emitiram relatório, datado de 22 de janeiro de 2021 e não continha modificações, mas ênfase quanto à concentração de carteira e dependência financeira de sua controladora.

- (ii) A investida Compliance Gestão Hospitalar e Amb Ltda ("Empresa") A Compliance Gestão Hospitalar e Ambulatorial Ltda., ("Empresa"), tendo seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de junho de 2019, porém, iniciado a movimentação patrimonial em 21 de janeiro de 2020, e com sede na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, tem por objeto social a prestação de serviços de: (i) administração e gestão de serviços de saúde, próprios e de terceiros, notadamente a administração e assessoramento em gestão de hospitais, ambulatórios e clínicas de saúde; e (ii) de restruturação ( turnaround ) para pessoas jurídicas na área da saúde, notadamente, hospitais, ambulatórios e clínicas de saúde.

Os números básicos da Empresa em 31 de dezembro de 2020 estão representados abaixo:

	<b>2020</b>
Percentual de participação	<u>95,000%</u>
Ativo	874
Passivo	874
Capital social	1.400
Patrimônio líquido	790
Resultado do exercício	(610)
Resultado de equivalência patrimonial	(580)
<b>Valor atualizado do investimento</b>	<b><u>320</u></b>

A participação nessa controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está sendo calculada no término de cada exercício.

As demonstrações financeiras da controlada foram examinadas por outros auditores que emitiram relatório, datado de 5 de fevereiro de 2021 e não continha modificações.

## 11 Imobilizado

### a Composição do saldo

<b>Descrição</b>	<b>Taxa Anual de Depreciação</b>	<b>Custo Histórico</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>2020 Líquido</b>	<b>2019 Líquido</b>
Terrenos	-	6.530	-	6.530	6.530
Edificações	4%	131.715	(23.795)	107.920	104.362
Aparelhos e equipamentos	10% a 50%	117.719	(36.044)	81.675	52.904
Veículos	20%	448	(320)	128	226
Móveis e utensílios	10%	7.659	(3.984)	3.675	3.966
Computadores e periféricos	20%	10.483	(7.633)	2.850	3.508
Imobilização em curso	-	3.014	-	3.014	24.420
Outras imobilizações	10%	8.265	(2.320)	5.945	4.804
		<b><u>285.833</u></b>	<b><u>(74.096)</u></b>	<b><u>211.737</u></b>	<b><u>200.720</u></b>

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2020, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

**b Movimentação do custo histórico**

Descrição	1º/1/2019	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2019	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2020
Terrenos	6.162	290	-	78	6.530	-	-	-	6.530
Edificações	116.614	399	(472)	9.389	125.930	975	-	4.810	131.715
Aparelhos e equipamentos	72.352	7.536	(278)	203	79.813	17.929	(2.771)	22.748	117.719
Veículos	462	88	(46)	-	504	1	(57)	-	448
Móveis e utensílios	6.722	774	(140)	73	7.429	277	(101)	54	7.659
Computadores e periféricos	9.761	517	(118)	80	10.240	645	(415)	13	10.483
Imobilização em curso	6.491	27.752	-	(9.823)	24.420	6.219	-	(27.625)	3.014
Outras imobilizações	5.243	1.522	(187)	-	6.578	2.570	(883)	-	8.265
	<b>223.807</b>	<b>38.878</b>	<b>(1.241)</b>	<b>-</b>	<b>261.444</b>	<b>28.616</b>	<b>(4.227)</b>	<b>-</b>	<b>285.833</b>

**c Movimentação da depreciação acumulada**

Descrição	1º/1/2019	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2019	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2020
Edificações	(19.503)	(2.065)	-	-	(21.568)	(2.227)	-	-	(23.795)
Aparelhos e equipamentos	(20.293)	(6.824)	187	21	(26.909)	(9.595)	435	(36.044)	25
Veículos	(236)	(88)	46	-	(278)	(72)	30	-	(320)
Móveis e utensílios	(2.986)	(545)	89	(21)	(3.463)	(595)	90	-	(3.984)
Computadores e periféricos	(5.410)	(1.432)	110	-	(6.732)	(1.241)	349	(16)	(7.633)
Outras imobilizações	(1.313)	(557)	96	-	(1.774)	(782)	236	(9)	(2.320)
	<b>(49.741)</b>	<b>(11.511)</b>	<b>528</b>	<b>-</b>	<b>(60.724)</b>	<b>(14.512)</b>	<b>1.140</b>	<b>-</b>	<b>(74.096)</b>

**12 Intangível****a Composição do saldo**

Descrição	Taxa Anual de Amortização	2020		2019	
		Custo	Amortização Acumulada	Total	Total
Software	20%	<u>8.625</u>	<u>(7.511)</u>	<u>1.114</u>	<u>1.821</u>

**b Movimentação do intangível**

Descrição	1º/1/2019	Adição	Baixa	31/12/2019	Adição	Baixa	31/12/2020
Custo histórico	8.042	364	(6)	8.400	268	(43)	8.625
(-) Amortização acumulada	(5.373)	(1.211)	5	(6.579)	(975)	43	(7.511)
	<u>2.669</u>	<u>(847)</u>	<u>(1)</u>	<u>1.821</u>	<u>(707)</u>	<u>-</u>	<u>1.114</u>

### 13 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Provisão para prêmio/ contraprestação não ganhas – PPCNG (i)</b>						
Plano Individual	2.338	-	2.338	2.312	-	2.312
Livre adesão	573	-	573	580	-	580
Plano empresarial/coletivo	1.293	-	1.293	1.241	-	1.241
	<b>4.204</b>		<b>4.204</b>	<b>4.133</b>		<b>4.133</b>
<b>Provisão para remissão (ii)</b>						
Provisão para remissão	269	321	590	222	306	528
	<b>269</b>	<b>321</b>	<b>590</b>	<b>222</b>	<b>306</b>	<b>528</b>
<b>Provisão para eventos a liquidar para o SUS (iii)</b>						
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	7.767	5.753	13.520	7.914	2.067	9.981
	<b>7.767</b>	<b>5.753</b>	<b>13.520</b>	<b>7.914</b>	<b>2.067</b>	<b>9.981</b>
<b>Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iv)</b>						
Cooperados	13.331	-	13.331	11.421	-	11.421
Serviços credenciados	11.611	-	11.611	8.716	-	8.716
Intercâmbio	1.351	-	1.351	2.136	-	2.136
Reembolso a usuários	119	-	119	152	-	152
	<b>26.412</b>		<b>26.412</b>	<b>22.425</b>		<b>22.425</b>
<b>Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (v)</b>						
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	7.513	-	7.513	8.612	-	8.612
	<b>7.513</b>		<b>7.513</b>	<b>8.612</b>		<b>8.612</b>
	<b>46.165</b>	<b>6.074</b>	<b>52.239</b>	<b>43.306</b>	<b>2.373</b>	<b>45.679</b>

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG é constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) Provisão constituída sobre planos que possuem cláusula de remissão, destinada à cobertura de assistência médico-hospitalar aos dependentes em caso de falecimento do usuário titular, apurada com base na metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.
- (iii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas. Existem depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 5.753 mil conforme nota explicativa nº 9.
- (iv) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.
- (v) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no Passivo Circulante, foi constituída a partir de janeiro de 2008 com base na Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão até 2013 com base na RN e a partir de setembro de 2014, elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão com aprovação da ANS.

## 14 Tributos e encargos sociais a recolher

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>			<b>2019</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Correntes</b>						
IRRF	9.365	-	9.365	9.480	-	9.480
INSS	2.296	-	2.296	2.108	-	2.108
INSS retido	683	-	683	632	-	632
FGTS	687	-	687	637	-	637
ICMS	12	-	12	10	-	10
COFINS	67	-	67	197	-	197
ISS retido	180	-	180	201	-	201
PIS	14	-	14	35	-	35
ISS (iii)	26	5.734	5.760	23	-	23
Imposto único	404	-	404	418	-	418
Contribuição sindical	2	-	2	2	-	2
IRPJ	-	-	-	-	-	-
CSLL	-	-	-	-	-	-
IOF	960	-	960	-	-	-
Outros impostos e taxas	2	-	2	3	-	3
	<b>14.698</b>	<b>5.734</b>	<b>20.432</b>	<b>13.746</b>	<b>-</b>	<b>13.746</b>
<b>Parcelamentos</b>						
ISS (i)	-	-	-	8.790	-	8.790
INSS – parcelamento (ii)	43	-	43	42	-	42
Tributos federais (ii)	1.705	11.635	13.340	1.675	13.099	14.774
Outros tributos federais (ii)	-	111	111	233	152	385
	<b>1.748</b>	<b>11.746</b>	<b>13.494</b>	<b>10.740</b>	<b>13.251</b>	<b>23.991</b>
	<b>16.446</b>	<b>17.480</b>	<b>33.926</b>	<b>24.486</b>	<b>13.251</b>	<b>37.737</b>

- (i) Em dezembro de 2019 a Cooperativa aderiu ao programa de parcelamento instituído pela Prefeitura Municipal de Bauru através da Lei 7.264/2019 - Programa de Recuperação Fiscal - fazendo uma confissão de dívida dos débitos autuados referente ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018. Com a adesão ao parcelamento houve remissão de 75% do valor de juros equivalentes a R\$ 1.224 mil. Os débitos foram parcelados em 12 parcelas iguais e consecutivas de R\$ 843 mil com desconto na parcela final de R\$ 263 mil condicionado a pontualidade no pagamento, tendo sido finalizado em novembro de 2020.
- (ii) A Cooperativa aderiu ao parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme a Lei 11.941, de 27 de maio de 2009 (Novo Refis) e Lei 12.996 de 18 de junho de 2014. Os débitos parcelados referentes à Lei 12.996 foram consolidados e somam, em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 154. A Secretaria da Receita Federal do Brasil consolidou em 2018 o parcelamento de débitos federais conforme a Lei 12.865/2013 que representa, em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 13.340.
- (iii) O montante de R\$ 5.734 corresponde aos valores devidos dos exercícios de 2020 e de 2019, que serão regularizados junto a prefeitura através de pedido de parcelamento.

## 15 Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Vencimento Final	2020				2019		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Capital de giro	Outubro de 2023	3.343	6.407	9.750	3.343	9.750	13.093	
Leasing	Novembro de 2020	-	-	-	866	-	866	
Financiamento de equipamentos	Março de 2023	809	1.011	1.820	-	-	-	
(-) Juros a apropriar	-	-	-	-	(53)	-	(53)	
		<b>4.152</b>	<b>7.418</b>	<b>11.570</b>	<b>4.156</b>	<b>9.750</b>	<b>13.906</b>	

Os financiamentos referem-se a imobilizações. Os encargos são os normais de mercado para as modalidades. As garantias são alienações de Imóveis e equipamentos e aval dos diretores.

## 16 Débitos diversos

Descrição	2020			2019
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Obrigações com pessoal</b>				
Salários	2.919	2.601	-	2.601
Participações	522	503	-	503
Honorários	114	125	-	125
Férias	9.296	8.387	-	8.387
	<b>12.851</b>	<b>11.616</b>	-	<b>11.616</b>
<b>Fornecedores (i)</b>				
Fornecedores	21.854	17.102	-	17.102
	<b>21.854</b>	<b>17.102</b>	-	<b>17.102</b>
<b>Depósitos de beneficiários</b>				
Depósitos de beneficiários	2	1	-	1
	<b>2</b>	<b>1</b>	-	<b>1</b>
<b>Outros débitos a pagar</b>				
Outros débitos a pagar	1.565	766	35	801
	<b>1.565</b>	<b>766</b>	<b>35</b>	<b>801</b>
	<b>36.272</b>	<b>29.485</b>	<b>35</b>	<b>29.520</b>

- (i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar aos fornecedores de materiais e medicamentos hospitalares e farmacêuticos, que estão disponibilizados tanto no hospital quanto na farmácia da Cooperativa. Não há contas a pagar vencidas.

## 17 Provisões judiciais

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Tributária - Federal (i)	5.712	5.669
Tributária - Municipal (ii)	12.359	16.766
Trabalhistas (iii)	2.778	3.295
Cíveis / indenizatórias (iii)	20.497	20.497
Multa administrativa da ANS (iv)	1.601	1.576
Taxa suplementar de saúde (iv)	2.050	-
Outras contingências (v)	9.103	8.610
	<b><u>54.100</u></b>	<b><u>56.413</u></b>

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

**(i) Tributária - Federal:**

Em 2020, o saldo da provisão corresponde a processos de Perdcomp de IRRF não homologados pela Receita Federal do Brasil e auto de infração do INSS, referente a diferença da alíquota do SAT, que está sendo discutido administrativamente.

**(ii) Tributária - Municipal:**

A Administração da Cooperativa ainda discute e defende a exigibilidade e decadência dos débitos relativos aos períodos de setembro de 2004 a dezembro de 2012, suspensos conforme certidão negativa da Prefeitura Municipal de Bauru.

**(iii) Trabalhistas/ Cíveis:**

Encontram-se em questionamento ações nas áreas cível e trabalhista. A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas. Há depósitos judiciais efetuados para essas ações no montante de R\$ 566, conforme nota explicativa nº 9.

**(iv) Multa administrativa da ANS/ Taxa suplementar de saúde:**

Referem-se aos valores de multas administrativas aplicadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e que estão em discussão, cobertos parcialmente por depósito judicial de R\$ 867, conforme nota nº 9. O montante de R\$ 2.050, refere-se à taxa de saúde suplementar do 2º trimestre de 2017 a 4º trimestre de 2020, cuja inexigibilidade está amparada em provimento judicial exarado em sede de antecipação de tutela, no âmbito de ação declaratória movida por parte da Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico.

**(v) Outras contingências:**

As outras contingências correspondem, substancialmente, aos valores não recebidos em cobrança administrativa do SUS que não constam nas obrigações relacionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

## 18 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações cíveis e trabalhistas nos montantes de petição inicial de R\$ 19.498 mil e R\$ 2.370 mil, respectivamente, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2020 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido a natureza e histórico são plenamente passíveis de acordos de menor valor. Por definição da Administração, sobre estas demandas também foi constituída provisão.

## 19 Patrimônio líquido

### a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes, distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, serão atribuídos juros de até 12% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobre no final do exercício com valores definidos na Assembleia Geral Ordinária. Em 2020 foram atribuídos juros de 2%.

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa continha o valor de R\$ 9.343 mil de capital a integralizar.

### b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

### c Reserva técnica para riscos fiscais

Constituída na Assembleia Geral Ordinária de exercícios anteriores destinada para eventuais riscos fiscais, em decorrência dos assuntos comentados na nota explicativa nº 17.

**d Sobras à disposição da AGO**

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

Por decisão do Conselho de Administração e “Ad-referendum da AGO”, o resultado das operações com terceiros não foi demonstrado e nem levado à conta da RATES, conforme determinação da legislação aplicável.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. Em 2020 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 13.037 mil conforme demonstrado abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>61.111</b>	<b>78.603</b>
Distribuição antecipada de sobras	(6.183)	(6.333)
Utilização da RATES	1.393	1.784
Constituição de reservas estatutárias:		
Reserva legal – 10%	(6.111)	(7.860)
RATES – 5%	(3.055)	(3.930)
Transferência para reserva “Ad-referendum” da AGO	(34.118)	(47.954)
<b>Sobras à disposição da AGO</b>	<b>13.037</b>	<b>14.310</b>

## 20 Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Eventos/sinistros conhecidos ou avisados</b>		
Consulta médica	(51.718)	(59.231)
Exames	(54.759)	(63.166)
Terapias	(10.672)	(11.201)
Internações	(221.567)	(205.782)
Outros atendimentos ambulatoriais	(104.723)	(97.064)
Demais despesas médicas hospitalares	(4.476)	(3.624)
	<b>(447.915)</b>	<b>(440.068)</b>
<b>Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA</b>		
Variação da PEONA	1.099	(999)
	<b>1.099</b>	<b>(999)</b>
	<b>(446.816)</b>	<b>(441.067)</b>

## 21 Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido –Carteira de planos individuais/familiares após Lei 9.656/1998

Descrição	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Atendimentos	Outros	Demais Despesas	Total
Rede própria	8.892	4.065	1.992	31.038		15.596	1	61.584
Rede contratada	272	4.268	208	3.581		3.328	1.053	12.710
Reembolso	4	3	-	12		345	-	364
Intercâmbio eventual	46	34	68	4.122		534	-	4.804
<b>Total</b>	<b>9.214</b>	<b>8.370</b>	<b>2.268</b>	<b>38.753</b>		<b>19.803</b>	<b>1.054</b>	<b>79.462</b>
<b>Corresponsabilidade cedida</b>	<b>11</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>886</b>		<b>92</b>	<b>-</b>	<b>1.015</b>

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2020 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

A Cooperativa registra contabilmente os valores segregados entre atos cooperativos principais e atos cooperativos auxiliares.

## 22 Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2020	2019
<b>Ingressos/ receitas com operações de assistência médica-hospitalar</b>		
Intercâmbio eventual	26.560	78.038
Autogestão	14.022	5.599
Saúde ocupacional	2.415	2.522
Taxa de consultório	2.257	2.012
Particulares	6.927	6.650
Outros convênios	5.406	6.554
Prestação de serviços	38	30
	<b>57.625</b>	<b>101.405</b>
<b>Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar</b>		
Taxa de administração	1.606	4.823
Diferença de tabela	3.963	14.302
	<b>5.569</b>	<b>19.125</b>
<b>Outros ingressos/ receitas operacionais</b>		
Receita de vendas líquida - farmácia comercial	18.507	18.461
Despesas recuperadas	730	687
Outras receitas operacionais	292	417
	<b>19.529</b>	<b>19.565</b>
	<b>82.723</b>	<b>140.095</b>

## 23 Outros dispêndios/ despesas oper.de assistência à saúde não relac.com planos de saúde da operadora

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Dispêndios/despesas com prestação de serviço hospitalar</b>		
Custo de atendimentos particulares e outros convênios	(9.927)	(9.401)
Custo de ociosidade	(34.190)	(16.755)
Intercâmbio eventual	(31.491)	(81.732)
Autogestão	(10.297)	(5.176)
Saúde ocupacional	(2.587)	(2.727)
Provisão para perda sobre créditos não relacionados com o plano de saúde	(795)	(2.141)
	<u>(89.287)</u>	<u>(117.932)</u>
<b>Outros dispêndios/despesas operacionais</b>		
Custos dos produtos vendidos - farmácia comercial	(13.922)	(14.043)
	<u>(13.922)</u>	<u>(14.043)</u>
	<u>(103.209)</u>	<u>(131.975)</u>

## 24 Dispêndios/ despesas administrativas

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Pessoal	(20.114)	(19.672)
Serviços de terceiros	(5.966)	(5.461)
Localização e funcionamento	(4.220)	(3.876)
Publicidade e propaganda	(2.767)	(3.017)
Tributos	(681)	(1.364)
Despesa com multa administrativa	(43)	(1.584)
Diversas	(3.140)	(3.550)
	<u>(36.931)</u>	<u>(38.524)</u>

## 25 Resultado financeiro líquido

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Ingressos financeiros</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	5.408	10.123
Juros por recebidos em atraso	1.246	1.316
Atualização monetária	1.683	1.060
Descontos obtidos	83	513
Reversão de encargos - adesão a parcelamento (ii)	-	9.292
Outros (iii)	263	1.457
	<u>8.683</u>	<u>23.761</u>
<b>Dispêndios financeiros</b>		
Juros e atualização	(5.098)	(2.585)
Despesas financeiras	(921)	(821)
Juros sobre capital próprio	(766)	(1.489)
Atualização monetária do resarcimento ao SUS	-	(759)
	<u>(6.785)</u>	<u>(5.654)</u>
	<u>1.898</u>	<u>18.107</u>

- (i) Em 2020, em virtude da queda na taxa de juros, houve diminuição dos rendimentos de aplicações financeiras.
- (ii) Refere-se a reversão dos encargos provisionados dos débitos pendentes de ISS junto a Prefeitura Municipal de Bauru relativos aos períodos confessados e parcelados pela Cooperativa conforme nota explicativa nº 14.
- (iii) Em 2019, está substancialmente composto pela remissão de 75% do valor de juros dos débitos de ISS conforme nota explicativa nº 14.

## 26 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com atos cooperativos é isento de tributação e o resultado de atos não cooperativos são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Sobras antes dos tributos</b>	62.451	80.983
<b>Adição/ exclusões</b>		
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(59.895)	(73.783)
<b>Base de cálculo</b>	<b>2.556</b>	<b>7.200</b>
Imposto de renda - 15%	(383)	(1.080)
Adicional do imposto de renda - 10%	(232)	(696)
Dedução PAT	15	44
<b>Imposto de renda</b>	<b>(600)</b>	<b>(1.732)</b>
<b>Contribuição social - 9%</b>	<b>(230)</b>	<b>(648)</b>

## 27 Transações com partes relacionadas

### a Diretoria

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos para o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de até 1/3 de seus integrantes, para o Conselho Fiscal o mandato é de um ano com obrigatoriedade de troca de 2/3 dos seus integrantes. A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore.

<b>Parte relacionada</b>	<b>Natureza da operação</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Conselho de Administração	Prestação de serviços	3.601	4.020
Conselho de Administração	Diárias e pró-labore	1.448	1.618
Conselho de Administração	Capital social	420	403
Conselho Fiscal	Prestação de serviços	4.728	5.275
Conselho Fiscal	Cédula de presença	78	65
Conselho Fiscal	Capital social	654	466

**b Atividade cooperativista**

As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e a atividade cooperativista:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Bancos conta movimento	319	2.148
Aplicações financeiras	33.515	33.469
Rendimento de aplicações financeiras	852	1.837

**c Controladas**

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Contas a pagar	2.248	327
	<b>2.248</b>	<b>327</b>
<b>Resultado</b>		
Custo	21.806	25.507
	<b>21.806</b>	<b>25.507</b>

Os resultados das operações da Cooperativa poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas, devido as condições específicas estabelecidas pela Administração para as transações em comum.

## 28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### 28.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Cooperativa não possuía contratos com operações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2020 e 2019.

## 28.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

### a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Cooperativa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

#### a.1 Risco de taxas de juros

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

#### a.2 Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

### b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

#### b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

<b>Descrição</b>	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Disponível		4.188	17.901
Aplicações financeiras	5	107.454	136.908
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	33.732	31.484
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	7	4.524	7.094
Bens e títulos a receber	8	35.449	25.231
Conta corrente com cooperados		364	17
		<b><u>185.711</u></b>	<b><u>218.635</u></b>

#### b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

#### c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

## 28.3 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possui, aproximadamente, 26% (31% em 2019) do seu ativo total registrado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

## 28.4 Recursos próprios mínimos

### a Patrimônio mínimo ajustado (PMA)

A RN nº 209/09 da ANS dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

O PMA é determinado através RN nº 209/09 da ANS e representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator "K", emitido pela ANS, pelo capital-base de R\$ 8.977.014, o qual será ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

O fator "K" vigente em dezembro de 2020 corresponde a 4,76%, de modo que o Patrimônio Mínimo Ajustado é de R\$ 427 mil (R\$ 418 mil em 2019) e, consequentemente, o patrimônio líquido da Cooperativa atende a esse mínimo estabelecido. Em 31 de dezembro de 2020 o Patrimônio Líquido Ajustado pelos efeitos econômicos considerados pela Administração é de R\$ 327.628 (R\$ 285.341 em 2019).

### b Margem de solvência

A margem de solvência determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Planos de Saúde deverá atingir. Este critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- (i) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido;
- (ii) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pré-estabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.

Abaixo o cálculo da Margem de Solvência da Cooperativa conforme determina a normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 31 de dezembro:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Contraprestações líquidas (últimos 12 meses)</b>		
100% Preço pré-estabelecido x 0,20	72.524	64.539
50% Preço pós-estabelecido x 0,20	22.805	21.724
	<b>95.329</b>	<b>86.263</b>
<b>Eventos indenizáveis líquidos (média anual dos últimos 36 meses)</b>		
100% Preço pré-estabelecido x 0,33	96.742	85.983
50% Preço pós-estabelecido x 0,33	21.007	11.979
	<b>117.749</b>	<b>97.962</b>
<b>Margem de solvência</b>		
% da proporcionalidade exigida até 31 de dezembro (*)	<b>85,28%</b>	<b>77,90%</b>
<b>Margem de solvência exigida</b>	<b>100.416</b>	<b>76.312</b>

Conforme demonstrado acima, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos é suficiente para atender a Margem de Solvência.

## 29 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Sobra antes dos tributos</b>	62.451	81.475
<b>Ajustes:</b>		
Depreciações e amortizações	15.487	12.722
Resultado na alienação de bens	3.087	714
Ajuste a valor justo	(2.644)	(3.674)
Equivalência patrimonial	(3.507)	(4.466)
Provisão para perdas sobre créditos	(1.031)	436
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(966)	6.036
Provisões/reversões para ações judiciais	(2.313)	(14.139)
	<b>70.564</b>	<b>79.104</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos:</b>		
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(672)	(1.552)
Aplicações livres	21.176	(23.375)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(761)	(17.530)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	2.114	13.426
Créditos tributários e previdenciários	(292)	1.681
Bens e títulos a receber	(43.603)	1.832
Despesas antecipadas	10	111
Conta corrente com cooperados	(347)	(1)
Depósitos judiciais	(4.488)	(383)
	<b>(26.863)</b>	<b>(25.791)</b>
<b>Aumento (redução) de passivo</b>		
Eventos/ sinistros a liquidar	7.526	5.052
Débitos de operações assist. à saúde	639	57
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(1.903)	(3.226)
Tributos e encargos sociais a recolher	(3.811)	6.424
Débitos diversos	6.787	3.173
Conta corrente com cooperados	(103)	589
	<b>9.135</b>	<b>12.069</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(830)	(2.380)
Participações sobre o lucro	(510)	(492)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	<b>51.496</b>	<b>62.510</b>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	<b>51.496</b>	<b>62.510</b>

### 30 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Bauru, 31 de Dezembro de 2020.

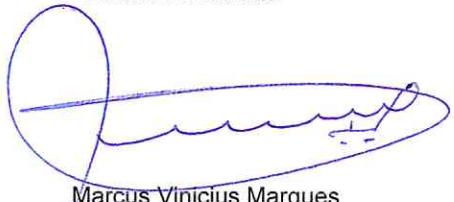


Emerson Luiz C. Campos  
Diretor Presidente



Aparecido Donizeti Agostinho

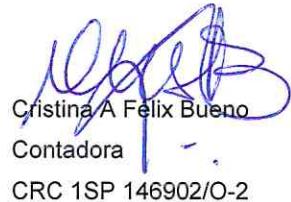
Vice-Presidente



Marcus Vinicius Marques  
Superintendente



Luciano Humberto Soares Camargo  
Diretor Administrativo



Cristina A Felix Bueno  
Contadora  
CRC 1SP 146902/O-2

Auditória: Moore Prisma Auditores Independentes

CNPJ: 68.323.807/0001-07

CRC: 2SP 017256/O-3

Atuária: Funcional Health Tech Soluções em Saúde Ltda

CNPJ 03.322.366/0001-75

CIBA: 135

**Relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações financeiras****Moore Prisma Auditores e  
Consultores**

Rua Milton José Robusti, 75  
15º andar  
CEP 14021-613  
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900  
E. moorerp@moorebrasil.com.br

[www.moorebrasil.com.br](http://www.moorebrasil.com.br)

Aos Associados e Administradores da  
**Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico**  
Bauru SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase****Empréstimos com partes relacionadas**

Conforme descrito em Nota Explicativa nº 8, a Cooperativa mantém transações de mútuo financeiro com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre si de prazo e atualização. Consequentemente, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas em condições de mercado ou com terceiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

**Investimentos – controlada**

Conforme descrito em Nota Explicativa nº 10 b (i), a investida Gemmini Gestora de Equipamentos, Materiais, Medicamentos e Implantes Nacionais e Importados Ltda., auditada por outros auditores, contempla ênfase quanto à concentração de carteira e dependência financeira de sua controladora. Consequentemente, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas em condições de mercado ou com terceiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 5 de fevereiro de 2021.

**Moore Prisma Auditores Independentes**  
CRC 2SP017256/O-3

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Paulo de Castro".

**José Paulo de Castro**  
CRC 1SP145661/O-2

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Unimed de Bauru - Cooperativa de Trabalho Médico, em cumprimento as atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Sobras e Perdas, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, as Mutações do Patrimônio Líquido, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como todos os seus documentos e saldos figurantes, verificando uma sobra líquida à disposição da Assembleia Geral Ordinária de R\$ 13.036.540,00 (treze milhões, trinta e seis mil, quinhentos e quarenta reais); somos de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis representam a posição financeira e patrimonial da Cooperativa, em 31 de dezembro de 2020; merecendo, assim, nossa recomendação favorável à Assembleia Geral Ordinária para sua aprovação.

Bauru, 03 de Março de 2021.

  
Dr. Thiago Barreto Frederigue

  
Dr. Edson Flávio Rubim

  
Dr. Daniel Rosito Pivotto

  
Dr. Sílvia Regina M. de Carvalho L. Megale

  
Dr. Rodrigo da Fonseca Monjardim

  
Dr. Danilo Gobbo Braz